



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA)
Departamento de Serviço Social (DESSO)



FERNANDA CRISTINA BELTRAN DOS SANTOS

**COMO AS MÍDIAS SOCIAIS IMPACTAM NA SAÚDE MENTAL DA CLASSE
TRABALHADORA**

Mariana
Fevereiro 2024

Fernanda Cristina Beltran dos Santos

**COMO AS MÍDIAS SOCIAIS IMPACTAM NA SAÚDE MENTAL DA CLASSE
TRABALHADORA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro (UFOP) como requisito parcial à obtenção de título de bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Profa. Ms. Viviane Suelen Pinto Campos Zambaldi

Mariana
Fevereiro 2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S237c Santos, Fernanda Cristina Beltran Dos.
Como as mídias sociais impactam na saúde mental da classe
trabalhadora. [manuscrito] / Fernanda Cristina Beltran Dos Santos. -
2024.
54 f.

Orientadora: Profa. Ma. Viviane Suelen Pinto Campos Zambaldi.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Redes sociais. 2. Saúde mental. 3. Tecnologia - Aspectos sociais. 4.
Trabalhadores - Efeito das inovações tecnológicas. I. Zambaldi, Viviane
Suelen Pinto Campos. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 316.343-058.14

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Fernanda Cristina Beltran dos Santos

Como as mídias sociais impactam na saúde mental da classe trabalhadora

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 06 de fevereiro de 2024

Membros da banca

Me. Viviane Suelen Pinto Campos Zambaldi - Orientadora Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Dr^a Cristiane Silva Tomaz - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Magno Hermelindo Silva Guimarães - Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

Viviane Suelen Pinto Campos Zambaldi, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 27/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Suelen Pinto Campos Zambaldi, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 27/02/2024, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0674836** e o código CRC **9DB6308C**.

AGRADECIMENTOS

Concretizar este trabalho é a vitória da Fernanda Cristina Beltran dos Santos, de 2014, que idealizou este tema, e enfim, o grande momento chegou, quase inacreditável pensar que essa longa caminhada está chegando ao fim.

Este trabalho foi um dos passos mais difíceis da minha graduação, ele não teria acontecido se não fosse pelos queridos e dedicados orientadores que me mostraram o caminho para que ele fosse construído. Aos professores Roberto Coelho do Carmo e Viviane Suelen Zambaldi, minha eterna gratidão por vocês viverem tudo comigo.

Agradeço à Deus, por te me mantido forte até aqui, por que para terminar o curso foi preciso muita fé. A mim, por não ter desistido mesmo querendo isso todos os dias, fazendo todo o esforço valer a pena. A UFOP, pelo ensino de qualidade e gratuito, sem essa experiência eu jamais seria a pessoa que sou hoje. Ao Josué, por estar comigo desde a minha partida para Ouro Preto, e hoje eu tenho a sorte de tê-lo comigo na finalização deste ciclo, Te amo!

Espero que este trabalho abra mais caminhos para o tema e que seja uma pauta mais explorada pensando sempre na classe trabalhadora.

“Nadie nos creía, pero lo logramos
Ha sido difícil, pero aquí estamos”
(RBD)

RESUMO

O presente TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), teve como objetivo analisar os possíveis impactos que as mídias sociais têm sobre a classe trabalhadora, delineando as investigações que tratam o tema. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura onde foram usados os bancos de dados eletrônicos Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Concluiu-se que a transição para a era da indústria 4.0 trouxe consigo desafios multifacetados que vão além da simples adaptação tecnológica, abrangendo questões como vício em tecnologia, exclusão digital e impactos nas relações sociais e laborais. Para construir uma sociedade resiliente e equitativa diante dessas transformações, é imperativo buscar um equilíbrio entre os benefícios e os riscos das tecnologias emergentes, promovendo conscientização, implementando políticas inclusivas e investindo em educação. A atenção à saúde mental, destacando o papel fundamental dos assistentes sociais como agentes de ponte entre complexidades sociais e necessidades individuais, torna-se crucial para mitigar os efeitos negativos e construir um futuro em que a evolução tecnológica seja aliada ao progresso social, sem deixar ninguém para trás.

Palavras-Chave: mídias sociais; saúde mental, tecnologia, trabalhador.

ABSTRACT

This TCC (Course Conclusion Paper) aimed to analyze the possible impacts that social media have on the working class, outlining the investigations that address the topic. The methodology used was a literature review using the electronic databases Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). It was concluded that the transition to the era of industry 4.0 brought with it multifaceted challenges that go beyond simple technological adaptation, covering issues such as technology addiction, digital exclusion and impacts on social and labor relations. To build a resilient and equitable society in the face of these transformations, it is imperative to strike a balance between the benefits and risks of emerging technologies, promoting awareness, implementing inclusive policies and investing in education. Attention to mental health, highlighting the fundamental role of social workers as bridge agents between social complexities and individual needs, becomes crucial to mitigate negative effects and build a future in which technological evolution is combined with social progress, without leaving no one behind.

Keywords: Social media; Mental health; Technology; Worker

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Inteligência Artificial
IoT	Internet das Coisas
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
OMS	Organização Mundial de Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SI	Sistema da Informação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TDIC	Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação
TI	Tecnologia da Informação
UBS	Unidades Básicas de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2. AMBIENTE VIRTUAL O GRANDE COMEÇO	13
2.1 Revoluções industriais até a chegada da indústria 4.0	13
2.2 Das primeiras transformações produtivas às tecnologias contemporâneas	20
3. TECNOLOGIA NO CENÁRIO SOCIAL	26
3.1 As implicações da tecnologia no indivíduo	27
3.2 O mercado de trabalho com a geração Z	29
4. AS INFLUÊNCIAS DAS TECNOLOGIAS E DO CAPITALISMO NA SAÚDE MENTAL	32
4.1 O impacto das tecnologias na sociedade contemporânea	33
4.2 A saúde mental e o uso mídias sociais	36
4.3 O multiverso das mídias sociais.....	42
4.4 Serviço Social e os cuidados com a saúde mental.....	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de serviço social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) consiste em um estudo que se propôs a analisar as interferências das mídias sociais na saúde mental dos trabalhadores.

O interesse por esta temática está relacionado a uma inquietação, desde o início da minha formação no curso (2014), afim de expandir o conhecimento e compreender a relação do serviço social com a atual evolução tecnológica das mídias sociais, que impactam na saúde mental da classe trabalhadora. O tema é de grande relevância para o presente e para o futuro, além de ser mais um potencial campo de intervenção para o assistente social.

No Brasil, como no mundo todo, as novas Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDIC) avançam rapidamente, seja como instrumento de mediação do trabalho ou até mesmo no controle sobre a vida privada. Neste cenário, as redes sociais digitais assumem grande impacto na sociedade. Essas correspondem a um sistema estrutural de influência nas organizações com potencial de envolvimento de pessoas e instituições de modo participativo, dinâmico, decorrentes de propósitos, valores e objetivos comuns. As mídias sociais entram em cena para formar grupos de interação pessoal e troca de informação rápida, troca de interesses comuns. Com isso, as organizações têm utilizado estas redes digitais como ferramenta de marketing para divulgar um produto, uma marca, uma imagem ou simplesmente estar mais próximo de seus clientes (ANDRADE, 2020). Dessa forma, verifica-se a ampliação do consumismo, ou seja, a manipulação do sistema econômico capitalista.

De acordo com Andrade (2020), uma vez que o ser humano possui uma necessidade de comunicar-se, a internet tornou-se um terreno facilmente expansível, pois proporcionou o acesso ilimitado a todo tipo de interação. Entretanto, a grande questão não é a tecnologia de comunicação em si, mas como ela é determinada. Assim, o problema a ser abordado neste trabalho, faz referência ao controle exercido por estas tecnologias na vida dos trabalhadores.

O uso dessas tecnologias de comunicação impacta significativamente nas relações de trabalho e também nas relações pessoais, bem como: entretenimento, busca por amigos com interesses semelhantes, procura de oportunidades de emprego, entre outros.

As mídias sociais têm um alto poder influenciador e são, atualmente, uma forte ferramenta política. Para Tavares (2020), a informação desempenha um papel estratégico fundamental, pois tem o poder de maximizar a sinergia dos esforços ou de comprometer o resultado das iniciativas conjuntas. Portanto, é um componente essencial para obter vantagem competitiva. Com este novo contexto, as organizações passaram a trocar informações em um tempo mínimo. A competição entre as organizações tornou-se mais acirrada, exigindo delas a capacidade de adaptarem e implementarem as mudanças necessárias. Conseqüentemente, o trabalhador precisa dar respostas concretas, afim de atender a demanda do capitalista, nesse “ringue” do mercado.

Por outro lado, também há um papel positivo das mídias sociais, por exemplo: recentemente na articulação dos movimentos políticos contra ditaduras que se estenderam por décadas em países do Oriente Médio e do Norte da África, na Tunísia, Egito, Síria, Bahrein, Líbia, entre outros, foi através das mídias sociais que os rebeldes conseguiram unir-se na expressão dos desejos de liberdade e mudança nas estruturas políticas autoritárias, marcando protestos que tomaram as ruas, levando à derrubada de líderes que se mantinham no poder há anos, como no Egito e na Líbia (TAVARES, 2020).

Olhando atentamente para este cenário, não podemos ignorar a relevância das mídias sociais enquanto importante plataforma de comunicação horizontal e imediata, permitindo aos indivíduos partilhar relatos, imagens e vídeos sobre as realidades com que se deparam. Essa capacidade de lançar luz sobre experiências pessoais, muitas vezes ignoradas pelos meios de comunicação tradicionais, teve grande impacto ao sensibilizar o público local e internacional para as injustiças cometidas nessas regiões (PASQUALINO; RIDENTI, 2021).

No entanto, é preciso enfatizar que a influência da comunicação de massa também desempenhou um papel fundamental na conscientização desses movimentos e de suas causas. A convergência entre mídias sociais e comunicação de massa ajuda a criar um ambiente em que a informação flui mais livremente e permite uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados por ativistas e pessoas comuns (PASQUALINO; RIDENTI, 2021).

Reconhecer a interação dinâmica entre a comunicação de massa e as plataformas digitais é, portanto, crucial quando se discute o impacto das mídias sociais nas campanhas políticas. Ambos desempenham papéis complementares na divulgação de informações, na organização da resistência e na mobilização das massas,

demonstrando a interdependência entre diferentes formas de comunicação nos contextos contemporâneos (MURDOCK, 2009; PASQUALINO; RIDENTI, 2021).

O objetivo geral deste trabalho é analisar os principais impactos das mídias sociais no trabalho e na saúde mental dos trabalhadores. Os objetivos específicos são: verificar como o uso das tecnologias afetam as dinâmicas e interações dentro do ambiente de trabalho; averiguar as implicações na saúde mental dos trabalhadores, em detrimento do uso das mídias sociais; averiguar as relações entre as dinâmicas do capitalismo, as tecnologias atuais e a influência na saúde mental da classe trabalhadora.

A metodologia utilizada neste estudo foi a revisão bibliográfica.

A pesquisa de revisão bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Ainda segundo este autor, o estudo exploratório possibilita maior proximidade com o tema em questão, expandindo o conhecimento do pesquisador e permitindo aperfeiçoar e elucidar conceitos e ideias. No que tange o cunho descritivo, busca-se desenvolver e esclarecer conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos (GIL, 2008, p.12).

A revisão de literatura envolveu publicações indexadas no banco de dados eletrônicos Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os descritores utilizados para a busca de estudos foram: mídias sociais; saúde mental, tecnologia, trabalhador. Foram também realizadas buscas por seus correspondentes em língua inglesa "social media"; "mental health", "technology" e "worker".

Como critério de inclusão, definiu-se a utilização de artigos completos de acesso livre, publicados em português e inglês, preferencialmente, nos últimos cinco anos (2019-2023). Os critérios de exclusão foram artigos que indisponíveis na íntegra e sem consonância com a temática do estudo. Os trabalhos selecionados, com base nos critérios de inclusão e exclusão, foram mantidos em pastas, formando uma análise específica.

Após a seleção, conforme os critérios de inclusão e exclusão, os artigos foram lidos criteriosamente de acordo com o tema abordado e ao final da revisão, foram utilizados os artigos considerados mais relevantes para o estudo.

O trabalho foi dividido em 3 capítulos. O primeiro capítulo traçou uma narrativa desde as revoluções industriais até a chegada da indústria 4.0, explorando as transformações produtivas e tecnológicas ao longo do tempo. O segundo capítulo abrange o papel da tecnologia no ambiente de trabalho, destacando tanto seus

benefícios quanto os potenciais malefícios, incluindo a mecanização do trabalho por meio das mídias sociais. Em seguida, o terceiro capítulo, investigou o impacto das tecnologias na sociedade atual, políticas de saúde mental, a dinâmica das redes sociais digitais em relação à intimidade e teatralidade, bem como a interação entre o capitalismo e a saúde mental, culminando em orientações para cuidados psicológicos.

Nas considerações finais foram apresentadas as análises observadas em torno da pesquisa e a influência gerada pelas mídias sociais em torno da classe trabalhadora.

2. AMBIENTE VIRTUAL O GRANDE COMEÇO

Conhecer o contexto de emergência das novas tecnologias é fundamental para entendermos seu contexto de aplicação, por isso, tentaremos nestas primeiras páginas analisar a conjuntura de seu crescimento associada à reestruturação produtiva capitalista e à acumulação flexível. Outro ponto a ser tratado serão as particularidades brasileiras nas mudanças no mundo do trabalho, com a inserção das novas tecnologias como mediadoras.

2.1 Revoluções industriais até a chegada da indústria 4.0

O processo histórico demonstra que todas as revoluções têm consequências econômicas e sociais. A primeira Revolução Industrial ocorreu nos séculos XVIII e XIX e caracterizou-se pela introdução da máquina a vapor, que tornou obsoletos os sistemas de manufatura (OLIVEIRA *et. al.*, 2021).

A "Era da Mecanização" foi caracterizada pela expansão do uso das máquinas nos processos, por meio da produção em massa e pela introdução de instalações de produção mecânica usando energia a vapor. O período de transição dos métodos manuais para os sistemas de produção industrial é, portanto, considerado o nascimento da indústria. A introdução da eletricidade, o advento da linha de produção e a divisão do trabalho caracterizaram a Segunda Revolução Industrial do final do século XIX e início do século XX, criando novos modos de produção, como a produção em massa ou produção em larga escala (OLIVEIRA *et. al.*, 2021).

O sistema capitalista cresce e evolui a cada revolução industrial. Os trabalhadores passam a conviver com as máquinas (trabalho morto) no processo de produção, sendo forçado a adaptar-se as mudanças, tendo em vista o receio de ser expurgado do trabalho e conseqüentemente o medo de fazer parte do exército industrial de reserva.

Segundo Guerra *et. al.* (2007) as máquinas otimizam, sistematizam, aceleram e ampliam a produção, com o objetivo fundamental de aumentar a acumulação do capital. Substituir o trabalho vivo (trabalhador) pelo trabalho morto (máquinas) não expressa, "um fenômeno de caráter moral, mas uma imponderável necessidade do contraditório processo de acumulação capitalista" (Guerra *et al.*, 2007, p. 241).

A terceira Revolução Industrial foi marcada pela revolução digital e pelo desenvolvimento das primeiras tecnologias de informação em meados da década de 1970. A automação é agora o uso de máquinas em ambientes anteriormente caracterizados pelo trabalho humano. Na era da automação, surgiram os processos de produção digital e os primeiros robôs (PASQUINI, 2021).

A "Quarta Revolução Industrial" ou "Indústria 4.0" apresenta dimensões diferentes das revoluções anteriores em termos de velocidade, amplitude e profundidade da mudança. Este conceito tem sido amplamente discutido, mas ainda tem diferentes interpretações, e abrange a fusão de diferentes tecnologias, automação de software e potencial impacto do sistema. É único porque muda a forma como as pessoas interagem e se conectam à medida que entramos em uma era caracterizada por sistemas ciberfísicos e processos autônomos. Nesse contexto, a indústria apresenta um número crescente de recursos tecnológicos (OLIVEIRA *et. al.*, 2021).

Existem duas principais visões sobre esse conceito. Alguns argumentam que a base tecnológica da "Quarta Revolução Industrial" é uma evolução da base tecnológica da Terceira Revolução Industrial, mas em um estágio mais avançado. Outros argumentam que a mudança produtiva está enraizada em uma nova base tecnológica (SCHWAB, 2019). Entretanto, independente de qual seja a visão, ambas culminam na exploração do trabalhador em virtude do aumento da mais valia.

As pesquisas pioneiras sobre a "Indústria 4.0", começaram por volta de 2011, na Alemanha, sendo uma revolução tecnológica nos domínios físico, digital e biológico (PASQUINI, 2021).

Na categoria física, essas megatendências referem-se a carros autônomos, impressão 3D, robótica avançada; na categoria digital, a "Internet das Coisas" (IoT) conecta pessoas a produtos ou serviços em plataformas digitais e, por fim, na categoria biológica, ocorrem inovações consideráveis no campo da genética, apontando como as variações causam ou propiciam determinadas doenças (SCHULES; CLETO, 2017).

Nesse sentido, essa revolução é marcada pela intervenção da inteligência artificial (IA) em áreas como nanotecnologia, biotecnologia, ciência dos materiais, armazenamento de energia e computação quântica, e até algoritmos que podem apontar para necessidades e interesses culturais (SORDAN, 2018).

Esses sistemas conectados irão interagir via internet e poderão analisar dados, prever erros, configurar e se adaptar às mudanças. Com a "Indústria 4.0", é possível analisar dados entre máquinas, possibilitando processos mais rápidos, flexíveis e

intensivos. Uma avaliação de cenário descrita no estudo Industry 4.0 do Boston Consulting Group (BCG) argumenta que essas transformações marcadas por inovações tecnológicas, impactarão na economia, impulsionarão o crescimento industrial e aumentarão a competitividade dos negócios (ARAUJO *et. al.*, 2020).

E, em meio a todo esse processo revolucionário da tecnologia, o trabalhador é fadado a enquadrar-se às necessidades do sistema capitalista, caso contrário, estará sujeito ao descarte e à substituição por outro trabalhador que tenha o conhecimento, destreza e experiência exigida pelo mercado.

A automação é a marca dessa revolução, transformando a logística de empresas e pessoas. A digitalização relacionada às Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) já foi introduzida em ferramentas como e-books, música digital e até mesmo aplicativos de transporte como Uber, Buser e Táxi. Por meio dessas inovações e tendências tecnológicas, soluções relacionadas à mobilidade urbana, cidades inteligentes, eficiência energética, implementação de redes inteligentes, saúde, desenvolvimento da telemedicina e produtividade industrial são estabelecidas em países como o Brasil (SIQUEIRA; SOUZA, 2021).

Para alguns, o acesso a oportunidades de emprego, como as oferecidas por aplicativos de entrega, pode ser visto como uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho. De fato, a flexibilidade e acessibilidade destas plataformas parece ser uma opção positiva para quem enfrenta as tradicionais barreiras ao emprego. Vale notar, entretanto, que essas oportunidades também se formam dentro dos sistemas capitalistas de produção que perpetuam as desigualdades socioeconômicas (OLIVEIRA, 2022). Ou seja, acreditar que a tecnologia ampliou as formas de trabalho, bem como o exemplo da uberização, significa acatar as imposições capitalistas, que usurpam do trabalhador os direitos e garantias previstas em lei, precariza o trabalho com a informalidade, carga horária desumana, entre outras inúmeras perdas.

Profissionais ligados aos pilares da “Indústria 4.0” estão na vanguarda dessa nova revolução no mercado de trabalho. Ocupações como: desenvolvedor de software, especialista em big data, facilitador de TI, gerente de desenvolvimento de IA, analista de segurança cibernética e “walkes” (autônomos, como motoristas de Uber). A ascensão do modelo de empresa vertical (com múltiplas administrações e hierarquias no organograma) para formação de redes entre empresas e computadores vem se consolidando (ARAUJO *et. al.*, 2020).

A "Indústria 4.0" como um marco na história da produção industrial, vela e obscurece os impactos negativos que ela traz, especialmente no que diz respeito à precarização do trabalho e à marginalização dos trabalhadores. Enquanto os avanços tecnológicos são exaltados, empresas como Uber e iFood, exemplificam uma realidade em que a inovação é utilizada para explorar e marginalizar os trabalhadores.

Plataformas como Uber e iFood, embora apresentadas como exemplos de modernidade e flexibilidade, impõem condições precárias aos seus trabalhadores, desconsiderando direitos trabalhistas básicos. Através da classificação de motoristas e entregadores como autônomos, essas empresas escapam de responsabilidades legais e impõem uma lógica de trabalho insalubre, sem garantias, carga horária excessiva e remuneração precária. Esse modelo, embora apresentado como uma oportunidade de emprego flexível, na prática alimenta uma precarização do trabalho, onde os trabalhadores são deixados à mercê das flutuações do mercado, sem benefícios, assistências ou proteções adequadas.

Considerando que o direito do trabalho no Brasil reluta em categorizar o motorista como trabalhador, este é obrigado a investir em seus próprios instrumentos de trabalho, sem amparo e assistência.

A pesquisa sobre a introdução da "Indústria 4.0" no Brasil, ou seja, a introdução de tecnologias relacionadas à IoT em diferentes setores da economia, deverá impactar o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em cerca de US\$ 39 bilhões até 2030. Se os países criarem condições para acelerar a absorção de tecnologias relevantes, os benefícios podem chegar a US\$ 210 bilhões, dependendo de melhorias no ambiente de negócios, infraestrutura, planos de difusão de tecnologia e melhorias regulatórias (PIMENTEL, 2018).

O Brasil precisará, portanto, desenvolver e inovar tecnologicamente para posicionar-se em um patamar mais estratégico e competitivo em relação a outros países. Os arranjos de trabalho tornam-se mais flexíveis no tempo e no espaço. Os fluxos de trabalho são cada vez mais digitais, descentralizados e com menos camadas. No entanto, o trabalho e o local de trabalho mudaram em muitas áreas (OLIVEIRA *et. al.*, 2021).

As tarefas tornar-se-ão mais complexas e as redes de criação de valor serão mais dinâmicas, exigindo das pessoas e das organizações uma elevada flexibilidade. Novas ferramentas de aprendizagem ganham espaço, como sistemas assistivos,

robótica e e-learning. As máquinas ajudarão a padronizar a produção e ajudarão as pessoas a tomar melhores decisões (ALBORNOZ, 2010).

Desta forma, a "Indústria 4.0" poderá concretizar o seu potencial máximo em termos de inovações digitais, novos serviços e modelos de negócios. O uso crescente de software, conectividade e análise aumentará a demanda por funcionários com desenvolvimento de software e habilidades técnicas de Tecnologia da Informação (TI) (OLIVEIRA *et. al.*, 2021).

Os autores acima explanam o duro e obrigatório processo exigido pelos países centrais aos países emergentes, como o Brasil. Não existe uma opção ou uma escolha, os países desenvolvidos ditam as regras e os países subdesenvolvidos aceitam, seguindo a regra da subordinação do sistema capitalista mundial.

Dado o potencial transformador da "Indústria 4.0", a combinação de inovações conceituais e tecnológicas no campo da automação formará os principais intelectuais da Quarta Revolução Industrial. Essa revolução tem cinco pilares: biologia sintética, Inteligência Artificial (IA), IoT, manufatura aditiva e sistemas ciberfísicos. Outro pilar é o tema big data, com um total de seis pilares. Neste caso, toda a relação entre analisar e interpretar grandes quantidades de dados para apoiar a tomada de decisão surge como um pilar fundamental desta era tecnológica.

Com novas necessidades surgindo todos os dias e o avanço contínuo da tecnologia em todo o mundo, existe a preocupação de que empresas diferentes aloquem recursos de maneira diferente. As Tecnologias da "Indústria 4.0" visam fornecer orientação e suporte geral às empresas que desejam implementar tecnologias deste porte, a fim de otimizar sua produção.

Embora as práticas produtivas exclusivas da "Indústria 4.0" ainda estejam em estágio inicial de implantação no setor industrial brasileiro, tem-se observado um aumento significativo no número de empresas que adotam tecnologias relacionadas a essa tendência (OLIVEIRA *et. al.*, 2021).

Com todas as mudanças surgindo diariamente e o avanço contínuo da tecnologia em todo o mundo, as empresas estão adequando-se, a fim de otimizarem a sua produção. E, nesta mesma proporção, o trabalhador é obrigado a adequar-se às necessidades das empresas, caso contrário, não terá trabalho para suprir suas necessidades básicas.

No campo da agricultura, o Brasil se destaca com tecnologias de ponta relacionadas à "Indústria 4.0". O país foi pioneiro na inovação ao lançar pequenos

satélites ao espaço, projetados para monitorar áreas agrícolas. Mas no que diz respeito à indústria automobilística, nossa tecnologia é importada e estamos sempre um passo atrás (SIQUEIRA; SOUZA, 2021). A revolução também atinge os campos e as áreas rurais, dessa forma, neste contexto onde ainda encontramos um alto índice de analfabetismo, os trabalhadores precisam adequar às tecnologias, afim de garantirem os seus postos de trabalho.

De acordo com Pimentel (2018) ao analisar o modelo alemão da Indústria 4.0, é possível identificar alguns componentes-chave que, ao serem combinados em suas operações, fazem com que a Indústria 4.0 seja implementada. Tais resultados podem ser classificados em quatro grupos distintos: IoT, fábricas inteligentes, internet dos serviços e sistemas ciberfísicos.

A “Quarta Revolução Industrial” tem sido um desafio para muitas empresas e seus trabalhadores, pois trarão diferentes modelos de trabalho nos próximos anos. As mudanças nos cenários empresariais, onde as empresas estão cada vez mais investindo em automação da produção, novas plataformas, ferramentas e serviços baseados em IA, IoT e computação em nuvem (OLIVEIRA *et. al.*, 2021). Dessa forma, estão reconfigurando funções e cargos, gerando conseqüentemente a demissão de muitos trabalhadores.

No processo de automação, várias indústrias estão cada vez mais introduzindo robôs na produção. Essas máquinas são programadas para realizar movimentos rápidos, padronizados e eficientes, resultando em maior rendimento final. Contudo, essas mudanças têm gerado conseqüências devastadoras para os trabalhadores que atuam nas linhas de produção e que estão sendo substituídos (OLIVEIRA *et. al.*, 2021).

Essa precarização não é apenas uma questão isolada, mas sim um sintoma de um sistema mais amplo que privilegia a eficiência e o lucro sobre o bem-estar dos trabalhadores e da sociedade como um todo. A concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos, impulsionada pela Indústria 4.0, amplifica essas disparidades, deixando os trabalhadores em uma posição ainda mais vulnerável.

Olhando para o mercado brasileiro, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) estima que, com a Indústria 4.0, oito campos no Brasil passarão por grandes mudanças.

a) Automotivo: a indústria aumenta a produtividade e direciona sua produção para atender aos padrões mais específicos e individuais de um consumidor cada vez mais exigente, que busca mais tecnologia, segurança e conforto (SENAI, 2019);

b) Alimentos: As ferramentas da “Indústria 4.0” trazem qualidade, segurança, economia e sustentabilidade para a indústria alimentícia. A adoção de software avançado de controle de processos, o uso de big data e software para previsão de orçamento industrial (global e setorial) e o uso de drones para monitorar e proteger áreas de cultivo ajudarão a atingir os padrões de qualidade exigidos (SENAI, 2019);

c) Prédios civis: Considere a automação predial (impressoras 3D) e a IoT para coletar informações detalhadas e automatizar processos em tempo real. Além disso, o mercado abre caminho para novos materiais e ferramentas, como materiais autorregenerativos inteligentes e novas tecnologias para conforto térmico e acústico (SENAI, 2019);

d) Indústria da moda: o surgimento de “roupas inteligentes”, permitindo a coleta de informações por meio da interação dos tecidos com o corpo e o ambiente; e aumento da automação em todas as partes da criação, design e prototipagem (SENAI, 2019);

e) Tecnologia da Informação: Esta parte ganha importância quando integrada aos processos de automação da produção através do uso de IoT e redes sem fio nas linhas de produção e comunicação entre robôs (SENAI, 2019);

f) Processamento de metais: aumento do uso de realidade virtual, manufatura aditiva e máquinas-ferramentas mais sofisticadas, além de novos materiais à base de polímeros, cerâmicas e nanotubos de carbono (SENAI, 2019);

g) Química e petroquímica: desenvolvimento de novos produtos, aplicação de conceitos de nano e biotecnologia e novos ingredientes. Antecipar a automatização de processos contínuos e a robotização de processos discretos (SENAI, 2019);

h) Energia: O uso de sensores inteligentes pode monitorar o funcionamento de válvulas no setor de óleo e gás, o que facilita uma manutenção mais eficiente e um deslocamento inteligente da produção. No entanto, o foco está no desenvolvimento de tecnologias para produzir energia a partir de recursos renováveis. A indústria está buscando inovações para reduzir o impacto nocivo ao meio ambiente e atender a demanda crescente de consumo de energia (SENAI, 2019);

Assim, pode-se dizer que o mundo do trabalho está em transformação, com o avanço tecnológico e a globalização, bem como o envelhecimento populacional, remodelando o mercado de trabalho. Novos modelos de negócios organizacionais, novas formas de trabalho e novas carreiras tornaram-se uma realidade no mundo (PASQUINI, 2021).

Portanto, enquanto a Indústria 4.0 promete avanços tecnológicos o trabalhador passa por uma degradação, sendo assim, é essencial que, em meio a esses avanços as políticas públicas resguardem os direitos dos trabalhadores.

2.2 Das primeiras transformações produtivas às tecnologias contemporâneas

Um dos principais componentes do desenvolvimento do capitalismo pode ser descrito como a introdução tecnológica ou interação da tecnologia nas rotinas produtivas, algo que consolidou e ampliou ainda mais as ações promovidas pelas empresas em atividade no mundo. Um dos principais momentos para apresentação dos recursos tecnológicos no mundo empresarial consiste na Segunda Revolução Industrial (PAULANI, 2016).

De meados do século XIX a meados do século XX, o processo industrial foi um marco que introduziu um grande número de invenções produzidas e vendidas, que trouxeram diversas conveniências para a vida cotidiana, como automóveis, telefones, rádios e televisões (KAPPES *et. al.*, 2021).

Nesse contexto, a dinâmica de trabalho mudou significativamente. Os trabalhadores gradualmente perderam a propriedade de suas ferramentas e maquinários e tornaram-se dependentes da mão-de-obra totalmente utilizada. Esse pano de fundo traça a distinção entre “trabalho morto” e “trabalho vivo”, onde o primeiro se refere ao comportamento das máquinas e o segundo às atividades humanas (KAPPES *et. al.*, 2021).

Devido à constante competição no mercado capitalista, as transformações nos processos de trabalho, através da adoção de tecnologias mais avançadas combinadas com formas inovadoras de organização da produção, têm levado a uma redução no valor das mercadorias. Essa redução se estende às cadeias produtivas dos meios de subsistência, o que por sua vez resulta em uma diminuição do valor da força de trabalho (TUMOLO, 2003).

Os trabalhadores começaram a se unir em organizações trabalhistas por causa de salários inadequados, más condições de trabalho e de vida e oposição à prosperidade e ao poder dos proprietários. Desses grupos surgiram ideias e teorias voltadas para a solução dos problemas sociais criados pela nova ordem industrial. Isso marca uma clara manifestação do conflito de interesses entre a burguesia, proprietária dos meios de produção, e o proletariado, que constitui a força de trabalho. Com a evolução dos aspectos do campo industrial, os autônomos e artesãos que antes

gozavam de autonomia foram gradualmente suprimidos, dando lugar aos trabalhadores na segunda metade do século XVIII (KAPPES *et. al.*, 2021).

Para Marx (1984 *apud* TUMOLO, 2003), a produção da mais-valia absoluta está centrada exclusivamente na extensão da jornada de trabalho; por outro lado, a produção da mais-valia relativa promove uma revolução completa nos processos técnicos de trabalho e nas estruturas sociais. Esta última pressupõe, portanto, um modo de produção distintivamente capitalista, que surge e se desenvolve naturalmente sobre a fundação da subordinação formal do trabalho ao capital. Essa subordinação formal é então substituída pela subordinação real do trabalho ao capital.

Como aponta Schwab (2019), é possível explicar a velocidade com que as mudanças acontecem na contemporaneidade a partir do constante avanço tecnológico experimentado nesse tempo, bem como pela facilidade que se tem de acesso à informação.

A Era Digital, também conhecida como Era da Informação ou Era da Tecnologia, representa um período que surgiu logo após a Era Industrial. Nessa perspectiva, ganhou impulso por meio dos avanços tecnológicos desde a primeira até o final do século XX. Esta fase caracteriza-se pela otimização do fluxo de informação e pela criação de tecnologias que remodelam a forma como pensamos, comunicamos e trabalhamos (ANDRADE, 2020).

Como máquina, o meio de trabalho logo se torna um concorrente do trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria. A divisão do trabalho unilateraliza essa força de trabalho em uma habilidade inteiramente particularizada de manejar uma ferramenta parcial. Assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, extingue-se, com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. O trabalhador torna-se invendável, como papel-moeda posto fora de circulação. A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais imediatamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanizada; inunda, por outro lado, todos os ramos acessíveis da indústria, abarrota o mercado de trabalho e reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo de seu valor. (Marx, 1984, p. 48 *apud* Tumolo, 2003, p. 166)

Mediante todo esse desenvolvimento tecnológico e após três revoluções industriais, mantém-se avanços nos estudos, pesquisas e a significativa participação da nanotecnologia (MAGALHÃES, 2019).

A nanotecnologia pode ser entendida como a criação de dispositivos e materiais funcionais, utilizando-se o controle da matéria em escala nanométrica. De tal forma que os sistemas resultantes apresentem novos fenômenos e propriedades, que são dependentes do tamanho das partículas que constituem os mesmos. A nanotecnologia relaciona-se á capacidade de criação de objetos a partir do controle em nível atômico, usando técnicas e ferramentas que estão disponíveis atualmente e que ainda estão sendo desenvolvidas, com a finalidade de colocar cada átomo e cada molécula no lugar desejado (CAVALCANTE, 2011).

Com os constantes estudos científicos, a ordem atual é de fazer as coisas mais práticas e simples no cotidiano. Os objetos são menores e mais práticos, porém sem que fosse interferida a sua capacidade, pelo contrário uma capacidade maior ainda, como por exemplo, os celulares e microcomputadores. Sendo os processadores de computador provavelmente os componentes eletrônicos que mais se utilizam dessa nova tecnologia (MAGALHÃES, 2019).

No mercado atual são encontrados processadores de 45 nanômetros, os quais possuem uma tecnologia avançada e pode operar em altíssima velocidade, evidente que o processador não possui escala em nanômetros, mas sim as peças de seu interior. Os jogos digitais e muitos vídeos games atuais possuem muitos componentes internos que se utilizam dessa tecnologia, e tudo cabendo em um espaço tão pequeno que provavelmente se não fosse pela ação da nanotecnologia seriam apenas algumas caixas enormes e pesadas (CAVALCANTE, 2011).

A nanotecnologia foi criada para revolucionar todas as áreas, bem como atualmente suas aplicações na medicina, na química, nas indústrias que criam protótipos aeroespaciais, refinarias e muitas outras áreas (CAVALCANTE, 2011).

Almejamos que, de alguma forma, essa tecnologia seja usada em favor do trabalhador, bem como: prevenção de acidentes de trabalho, redução da exposição ao risco, avanços da medicina, entre outros.

O pensador e geógrafo britânico David Harvey é conhecido por suas análises críticas sobre o capitalismo contemporâneo. Em suas obras, como "O Enigma do Capital" e "Diecisiete Contradicciones y el Fin del Capitalismo", Harvey (2019) examina as dinâmicas do sistema capitalista e suas implicações socioeconômicas. Segundo ele, o capitalismo contemporâneo é caracterizado por uma série de contradições intrínsecas que afetam tanto as estruturas econômicas quanto as vidas das pessoas.

Uma das principais ideias de Harvey (2019) é que o capitalismo é marcado por uma constante necessidade de expansão. Ele argumenta que o sistema não pode funcionar adequadamente sem um crescimento econômico contínuo, o que muitas vezes leva a crises, como a crise financeira de 2008. O autor ainda aponta que o capitalismo busca expandir-se através da acumulação de capital, seja através da exploração de novos mercados, da extração de recursos naturais ou da inovação tecnológica.

Com o avanço das tecnologias e de determinadas abordagens, as pessoas acabaram sendo sujeitas a certas práticas. No entanto, ao longo do tempo, torna-se evidente que algumas funções ou atividades demandam cuidado especial quando se trata da aplicação de determinadas tecnologias. Isso é especialmente relevante no contexto educacional, que tem sido significativamente impactado pelo contínuo desenvolvimento da informatização e de suas ferramentas digitais (ROCHA *et. al.*, 2023).

Para Tumolo (2003) devido à competição contínua no mercado capitalista, as alterações nos processos de trabalho, por meio da adoção de meios de trabalho com tecnologia mais avançada combinada com formas inovadoras de racionalização da produção, têm ocasionado uma diminuição no valor das mercadorias. Esta redução se estende às cadeias produtivas dos meios de subsistência, resultando, assim, em uma diminuição do valor da força de trabalho.

Na visão de Barbieri (2013) as tecnologias estão impactando consideravelmente na rotina social, algo que vem sendo observado ou avaliado quanto a relevância dos procedimentos tecnológicos junto ao ambiente de trabalho.

Para Abílio (2020) e Antunes (2018) as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) representam manifestações da ciência, resultantes do esforço coletivo do trabalho, e desempenham papéis tanto no trabalho improdutivo quanto como meios utilizados para propósitos paradoxais.

Os autores contrapõem suas ideias com as de Valente e Peschanski (2021) e Veloso (2011) relatando que se por um lado, contribuem para a expansão da valorização do capital, alinhadas com sua ofensiva contemporânea contra o trabalho; por outro lado, também são empregadas na organização das lutas sociais pelos trabalhadores.

No entanto, Harvey (2019) também ressalta que essa busca incessante por crescimento está intrinsecamente ligada a desigualdades sociais e à concentração de

poder nas mãos de poucos. Ele destaca como a globalização e a busca por lucros podem levar à exploração de mão de obra barata em países em desenvolvimento, resultando em condições precárias de trabalho e desigualdades econômicas profundas.

Outro conceito-chave na análise de Harvey (2019) é a ideia de "acumulação por espoliação". Ele argumenta que, além da acumulação tradicional de capital por meio da produção, o capitalismo contemporâneo também se baseia em processos de espoliação, como a privatização de recursos públicos, a gentrificação de áreas urbanas e a financeirização da economia. Esses processos podem levar a uma concentração ainda maior de riqueza nas mãos de uma elite, enquanto marginalizam e excluem segmentos mais vulneráveis da sociedade (SILVA FILHO, 2022).

Harvey (2019) também discute a natureza cíclica das crises no capitalismo. Ele vê as crises como inerentes ao sistema, resultado da contradição entre a necessidade de crescimento contínuo e a tendência à superacumulação de capital. Essas crises, argumenta ele, podem criar oportunidades para reestruturações econômicas e políticas, mas também podem levar a medidas de austeridade que impactam negativamente os mais vulneráveis.

Portanto, a perspectiva sobre o capitalismo contemporâneo destaca as complexas interações entre crescimento econômico, desigualdade, exploração e crises. Suas análises oferecem uma visão crítica das dinâmicas subjacentes ao sistema capitalista e incentivam a reflexão sobre alternativas que possam abordar essas contradições intrínsecas (Harvey, 2019).

Acerca do capitalismo, Marx (1988 *apud* Cavalcante; Prêdes, 2022) relata que em toda produção capitalista, que não é apenas um processo de trabalho, mas também um processo de valorização do capital. É comum que não seja o trabalhador quem utiliza as condições de trabalho, mas sim as condições de trabalho que utilizam o trabalhador. No entanto, é com a introdução da maquinaria que essa inversão se torna uma realidade técnica tangível. Ao se transformar em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalho já realizado que domina e exaure a força de trabalho viva.

As análises de Harvey (2019) sobre o capitalismo contemporâneo também se estendem ao papel da urbanização e da geografia na dinâmica econômica. Ele destaca como as cidades desempenham um papel crucial na acumulação de capital, servindo como centros de produção, consumo e finanças. Para o autor a urbanização, é uma forma de reestruturação espacial que reflete as mudanças nas necessidades

do capitalismo, como a descentralização da produção e a busca por eficiência logística.

Além disso, explora a relação entre o capital financeiro e a economia real. O capitalismo contemporâneo é cada vez mais dominado pelo capital financeiro, que se tornou uma força poderosa na determinação dos rumos econômicos. A financeirização da economia, segundo ele, pode levar a uma desconexão entre a economia real e a especulação financeira, contribuindo para crises e instabilidade (HARVEY, 2019).

Uma das contribuições mais marcantes de Harvey (2019) é sua análise das contradições espaciais do capitalismo. Ele discute como o sistema capitalista cria desigualdades geográficas, tanto dentro de um país quanto globalmente. Essas desigualdades são evidentes nas disparidades de renda, infraestrutura e acesso a recursos entre diferentes regiões. A busca por locais de investimento e exploração, muitas vezes em países menos desenvolvidos, pode levar a processos de marginalização e empobrecimento.

Ressalta-se, a importância da luta política e da mobilização social como formas de resistência ao capitalismo contemporâneo, sugerindo que a organização de movimentos sociais, sindicatos e outros grupos podem desempenhar um papel na contestação das dinâmicas capitalistas e na busca por alternativas. Para tanto, existe a necessidade de uma análise crítica do sistema para que se possa compreender suas contradições e trabalhar em direção a uma mudança sistêmica (HARVEY, 2019).

A análise de Harvey (2019) abre o capitalismo contemporâneo e suas contradições vincula-se de maneira relevante à discussão dos objetos em questão. Enquanto parte do argumento propõe um mundo de negócios mais humano e equilibrado, a abordagem do autor revela como o sistema econômico atual frequentemente perpetua a desigualdade, a exploração e o acúmulo desproporcional de riqueza.

Segundo Zuboff (1985 *apud* Harvey, 2019) explorou a dualidade da tecnologia inteligente. Ela argumentou que a automação, por um lado, pode aumentar a eficiência e a produtividade, mas, por outro lado, também pode minar a autonomia e o significado do trabalho humano. Esta dualidade ainda é relevante hoje, à medida que a automação continua a avançar rapidamente.

Sendo assim, não há perspectiva de regressão tecnológica no mercado. Pelo contrário, os trabalhadores terão que aderir a esse processo para, ao menos, tentar acessar ou permanecer no mercado de trabalho.

3. TECNOLOGIA NO CENÁRIO SOCIAL

A TI é uma indústria em expansão, gerando bilhões de dólares globalmente, além de ser difundido em todos os setores e de ser um setor por si só. Sua importância não pode ser subestimada. A habilidade fundamental de utilizar a tecnologia da informação está atualmente sendo reconhecida como uma competência "chave" ou "essencial" para o emprego, sendo considerada pelos comentaristas como necessária em praticamente todas as futuras oportunidades de trabalho. Dessa forma, infelizmente, o trabalhador não tem outra opção, senão buscar capacitação para adaptar-se ao cenário tecnológico.

O campo de TI é dominado por homens na posição de nível executivo. Além disso, é afetado pelo número cada vez menor de mulheres que buscam estudos acadêmicos em ciência da computação e engenharia, tanto em nível de graduação quanto em nível avançado. Tem havido uma grande preocupação com a queda de mulheres jovens entrando em cursos de graduação em ciência da computação e engenharia e uma queda na participação de mulheres nessas ocupações (SASS, 2018).

Essa situação levanta o questionamento sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho e a afirmação dessa questão com a era tecnológica. Inclusive a eficácia geral dos sistemas pode ser melhorada se as mulheres forem representadas proporcionalmente nas equipes de design, nos comitês de direção do projeto e nos escalões superiores da gestão de SI (Sistema da Informação).

Nunes (2018) argumentou que uma maior conscientização sobre questões de igualdade de gênero levanta questões de reforma estrutural que, por sua vez, melhora a flexibilidade, capacidade de inovação e capacidade de lidar com novas tecnologias e ambientes em mudança. No entanto, jornais especializados e pesquisas acadêmicas têm confirmado que as mulheres nas áreas de TI estão concentradas nos níveis mais baixos e estão sub-representação nos níveis médio e superior.

Embora o tema da participação das mulheres na gestão tenha sido abordado de várias direções, nenhum trabalho definitivo apresentou um modelo que explique o papel das mulheres no campo da TI (ROSA; QUIRINO, 2016).

Diante de um longo período de pandemia mundial da COVID-19, o serviço social precisou lançar mão da tecnologia para assistir seus usuários e dar resposta às classes mais prejudicadas neste período.

O avanço tecnológico nas últimas décadas trouxe consigo mudanças significativas em diversos setores da sociedade, e o serviço social não ficou imune a essa transformação. A incorporação de tecnologias, como videoconferências e teleperícia, tem se revelado uma ferramenta crucial na evolução e eficácia das práticas assistenciais (ROSA; QUIRINO, 2016).

O uso da videoconferência no serviço social auxiliou no alcance aos serviços e promover uma atenção aos usuários. Contudo, é crucial considerar que essa ferramenta não resolve por completo pois, devem ser considerados o grupo de pessoas sem acesso à tecnologia. Além disso, a eficácia da comunicação virtual pode ser limitada em certos contextos, requerendo uma abordagem complementar e sensível às necessidades individuais e comunitárias. Portanto, embora a videoconferência possa facilitar o acesso é essencial adotar uma abordagem crítica e cautelosa, garantindo que ela seja utilizada de forma inclusiva e complementar às intervenções sociais.

A teleperícia também foi utilizada neste período de pandemia:

Teleperícia: trata mais do tipo de ferramenta e meio utilizado para acesso remoto aos sujeitos/usuários e usuárias, do que de conteúdo relativo ao que vem a ser perícia em Serviço Social. Ou seja, trata de trabalho realizado fazendo uso de TICs sem a interação presencial com a/o usuária/o (CFESS, 2022).

Contudo, é fundamental destacar que, embora essas tecnologias proporcionem inúmeros benefícios, há desafios e dilemas éticos a serem considerados. A necessidade de garantir a privacidade e segurança dos dados dos usuários, bem como a adaptação dos profissionais a essas novas ferramentas, são aspectos cruciais que demandam atenção.

3.1 As implicações da tecnologia no indivíduo

Dependência digital significa o uso em excesso de tecnologias digitais, gerando problemas no desenvolvimento do indivíduo, como na vida pessoal, social e profissional, podendo até ser uma ameaça à saúde e ao bem-estar do usuário (SILVA, 2020).

A tecnologia trouxe consigo a dependência digital (NUNES, 2018). O Brasil é o 5º país no ranking mundial de tempo gasto no smartphone e pesquisas indicam que cerca de 73% da população faz uso da internet todos os dias pelo celular (VALENTE, 2019).

Há pessoas que sentem significativamente sintomas relacionados à obsessão com seus smartphones, pessoas que os levam para a cama, acordam diversas vezes por noite para verificar textos, e-mails, atualizações de mídia social e quando participam de eventos sociais nos quais devem absterem de seus celulares, seus níveis de ansiedade aumentam de forma a não suportar este período de perda de conexão, o medo de não poder acessar ou usar seu smartphone pode ser patológico (SILVA, 2020).

Os sites sociais ocupam uma quantidade excessiva do tempo das pessoas com e-mail, fóruns de discussão, salas de bate-papo, jogos online. Sites como, Blogger.com, MySpace.com e Wikipedia.org aumentaram seus acessos em 525%, 318% e 275% respectivamente, causando sério comprometimento funcional das atividades diárias do indivíduo (SILVA, 2020).

A dependência da tecnologia digital vem trazendo novos comportamentos e problemas relacionados ao convívio social, como as relações afetivas e as necessidades de conhecer melhor um ao outro, diminuindo o contato com os membros da família e ignorando a real necessidade das pessoas que o cercam (SASS, 2018).

Como vivemos em um mundo em que dependemos cada vez mais da tecnologia é difícil determinar a diferença entre a necessidade e dependência (SASS, 2018). Além disso, vivemos numa fase da história em que o conhecimento já não é passivamente absorvido pelo indivíduo; isto é; hoje em dia podemos agir e interagir com a informação, de modo a estabelecê-la como uma nova expressão da nossa realidade pessoal e social. Isso nos transforma em testemunhas de uma das maiores mudanças na história da ciência: a possibilidade de interagir em tempo real com as pessoas e informações (UNGARO, 2020).

Estudos apontam que a internet promove ansiedade, fuga de relacionamentos familiares, desempenho no trabalho e/ou na escola. O abuso das tecnologias proporcionadas pela internet pode ter impactos negativos. O uso consciente e equilibrado, lidar de forma mais positiva, é uma forma de controlar a tecnologia e não permitir que ela nos controle (UNGARO, 2020).

A internet é uma ferramenta que ajuda na interação social, no entanto, não deve substituir as relações face a face, uma vez que não preenche as necessidades essenciais que são obtidas unicamente em relacionamentos reais e pessoais. É importante também observar que as mesmas tecnologias digitais que nos conectam com as outras pessoas também alienam, isolam e nos tornam dependentes; são úteis,

informativas e divertidas, no entanto, todas sem exceção mostram propriedades de dependência e de abuso (UNGARO, 2020).

A dependência da internet é caracterizada por impulsos, comportamentos excessivos ou mal controlados em relação ao uso do computador e acesso à Internet levando o indivíduo a deficiências ou dificuldades de amplo âmbito, tem sido associada à depressão e isolamento social (OLIVEIRA, 2020).

Há pessoas que sentem significativamente sintomas relacionados à obsessão com seus smartphones, pessoas que os levam para a cama, acordam diversas vezes por noite para verificar textos, e-mails, atualizações de mídia social e quando participam de eventos sociais nos quais devem se abster de seus celulares, seus níveis de ansiedade aumentam de forma a não suportar este período de perda de conexão, o medo de não poder acessar ou usar seu smartphone pode ser patológico (AZEVEDO 2017).

O avanço tecnológico, embora tenha proporcionado inúmeras vantagens para o ambiente de trabalho, também trouxe consigo malefícios que impactam diretamente nas relações interpessoais e no bem-estar social dos colaboradores. A redução da interação social interna, frequentemente impulsionada pelo uso excessivo de dispositivos tecnológicos, emerge como um desafio contemporâneo, suscitando discussões sobre seus efeitos prejudiciais no contexto profissional (SANCHES *et. al.*, 2016).

A prevalência de smartphones, computadores e mídias sociais no ambiente de trabalho tem resultado na diminuição das interações face a face entre colegas. A comunicação digital, embora eficiente em alguns aspectos, cria uma barreira virtual que pode minar o desenvolvimento de relacionamentos significativos. A falta de interação social direta pode contribuir para a formação de ambientes laborais impessoais (FERREIRA; FLORES, 2018).

Além disso, as discussões e interações sociais, que em certo grau servem como válvula de escape durante a jornada de trabalho, são frequentemente substituídas pelo mergulho constante nas mídias sociais e outras distrações online (LUPIANHES, 2017).

Em suma, o uso excessivo das tecnologias prejudica as relações sociais.

3.2 O mercado de trabalho com a geração Z

A juventude é marcada por ser um período de transição, transformação,

novidades, mudanças, entre outros diversos fatores que justificam a fragilidade e vulnerabilidade, dessa fase da vida. Nesse sentido, esse público acaba sendo altamente influenciado pelas mídias sociais.

Segundo Beserra *et al.* (2016) esse dinamismo da sociedade atual atrai uma população mais jovem que passa pelo processo de encontro de identidade. As mídias sociais são uma forma dos jovens se conectarem com outros grupos sociais e encontrarem pessoas com quem possam se relacionar.

Os adolescentes entram no mundo virtual com grandes ideais, principalmente quando encontram alguém que tenha “a mesma vida que eles” ou que tenha as mesmas emoções, vontades e desejos. A internet, em sua maior parte, facilita confortos não encontrados na vida real (BESERRA *et al.*, 2016). Ressalta-se, porém, que o mundo virtual gera o afastamento do mundo real, gerando muitas vezes o isolamento desses jovens e o prejuízo nas relações sociais.

As dependências produzidas utilizando essas plataformas são questionáveis. O uso em excesso da internet e das mídias sociais afasta gradualmente os jovens da realidade, apresenta muitos perigos e deixa os usuários gradativamente suscetíveis e vulneráveis. Entre esses riscos, a violência online, conhecida como cyberbullying, é muito habitual hoje em dia e coloca em risco os adolescentes pelo anonimato que há na internet, fazendo com que as pessoas passem a acreditar que podem atacar ou rastrear outros usuários por estarem em um ambiente online (BESERRA *et al.*, 2016).

As mídias sociais também influenciam os adolescentes de outras maneiras. A mesma emoção de pertencer a um grupo criado nas redes sociais digitais que pode trazer consolo aos jovens também pode ser prejudicial. Na busca de pertencimento, muitos adolescentes sentem obrigados a cumprir as normas estabelecidas e a introduzir modelos de vida em sua personalidade (LIMA *et al.*, 2012).

As mídias sociais, portanto, influenciam os jovens no sentido de que apresentam uma visão idealista do mundo real. Constantemente, esses recursos tecnológicos permitem que os adolescentes revelem uma vida perfeita que contradiz sua vida diária. Dessa forma, os adolescentes empreendem comparações com essas imagens e cenários (FELICIANO; AFONSO, 2012).

Então, quando entram em um ambiente como uma rede social que proporciona um padrão de vida inviável em comparação com a vida real de grande parte dos brasileiros, se sentem desapontados com suas vidas. Esse desapontamento pode levar a problemas de ansiedade e autoestima para adolescentes nessa idade

(FELICIANO; AFONSO, 2012).

Tais riscos de saúde mental são, portanto, muito agudos para jovens que estão passando por múltiplas mudanças psicológicas e estão construindo sua identidade e autoconfiança. Dessa forma, são mais suscetíveis a sofrer os efeitos (REIS *et al.*, 2013).

Por exemplo, de acordo com uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de 2019, as mídias sociais provocam tristeza, ansiedade e depressão em 41% dos jovens no Brasil. Sendo assim, é relevante estar atento quanto à utilização em excesso das redes sociais digitais e a gravidade de seus impactos. Isso está diretamente relacionado aos transtornos de ansiedade (MOROMIZATO *et al.*, 2017).

O jovem imerso no mundo virtual irá compor a próxima geração de trabalhadores. Tendo em vista que o mercado atual já enfrenta suas dificuldades, esse novo grupo que irá ocupar esse espaço no sistema capitalista e tende a trazer consigo os resquícios gerados pelo uso excessivo das redes sociais digitais, bem como: dificuldades de relacionar-se, prejuízos na saúde mental, agravos na saúde física, entre outros problemas.

Avaliando a situação atual dos jovens, vale refletir que esse grupo será a classe trabalhadora do amanhã, por isso, ficam os questionamentos: Se os jovens de hoje são fortemente manipulados pelas mídias sociais, quão grave será a alienação capitalista quando esse grupo estiver no mercado de trabalho? Os jovens de hoje terão embasamento crítico para manter a luta dos movimentos dos trabalhadores?

4. AS INFLUÊNCIAS DAS TECNOLOGIAS E DO CAPITALISMO NA SAÚDE MENTAL

O termo "saúde mental" é utilizado para descrever a qualidade de vida emocional e cognitiva de um indivíduo, uma vez que todos nós precisamos manter um equilíbrio emocional diante das pressões do dia a dia. Isso nos permite lidar de forma controlada com as emoções que surgem ao longo da vida (OMS, 2001).

A saúde mental, ao ser analisada à luz do contexto capitalista, revela-se intrinsecamente entrelaçada com as dinâmicas de exploração presentes na sociedade contemporânea. É imperativo compreender que associar a saúde mental unicamente a fatores biológicos isolados é negligenciar seu caráter histórico e social, desconsiderando a influência determinante do modo de produção vigente.

O ciclo vital do indivíduo, no âmbito capitalista, transcende a determinação biológica e é moldado pelas condições materiais nas quais ele produz sua existência. A visão reducionista que exclui a dimensão histórica e social do adoecimento mental é inapropriada diante da complexidade das relações entre as formas de produção, reprodução da vida em sociedade e os transtornos físicos e mentais (MARX, 2013).

Dentro da lógica capitalista, a saúde é avaliada pela capacidade do sujeito de manter-se produtivo. Marx (2013) destacava que o capital pouco se importa com a saúde do trabalhador, a menos que seja coagido pela sociedade a fazê-lo. A exploração capitalista, em busca de produtividade máxima, usurpa o tempo necessário para o crescimento e manutenção saudável do corpo, relegando os trabalhadores a serem meros meios de produção.

As mudanças nas formas de organização do trabalho ao longo do desenvolvimento do capitalismo têm impactos significativos na saúde mental dos trabalhadores. O fordismo, marcado pelo controle sobre a vida privada, representou uma fase que buscava intensificar a produtividade nas fábricas, influenciando até mesmo a subjetividade dos indivíduos (ENGELS, 2008).

Nas últimas décadas, o toyotismo introduziu o trabalho flexível, exigindo maior engajamento dos trabalhadores no processo de produção e afetando suas subjetividades. Diante do desgaste físico e mental, os trabalhadores enfrentam o medo constante de serem descartados, pois, para o capital, a força de trabalho deve ser constantemente substituída, para tanto temos o exército de reserva/pauperismo.

O desgaste no ambiente de trabalho é uma realidade que se reflete nos índices crescentes de transtornos mentais. A depressão, ansiedade e estresse tornam-se manifestações comuns do adoecimento mental dos trabalhadores. A busca desenfreada por padrões de produtividade, somada às adversidades enfrentadas nas condições laborais, provoca um cenário propício para o surgimento desses transtornos em indivíduos (ENGELS, 2008).

A práxis da saúde, no capitalismo, passa a compor o prolixo mosaico de produção/valorização do valor, portanto, subsumida à produção e reprodução do capital. Os resultados dessa dinâmica são, de um lado, a formação de um grande complexo médico-industrial/financeiro que lucra com a compra e venda da saúde e, de outro, a exploração da força de trabalho responsável pela produção do cuidado em saúde, a exemplo de médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, etc. (MERHY; FRANCO, 2003; SOUZA; MENDONÇA, 2017 *apud* SOUZA; ABAGARO, 2021 p. 05).

Diante do sofrimento e adoecimento, muitos trabalhadores recorrem ao uso de drogas, tanto legais quanto ilegais, como forma de lidar com a angústia e pressões do cotidiano. A medicalização, por meio do indiscriminado uso de medicamentos, muitas vezes indica uma resposta individual para problemas sistêmicos. A dependência química, incentivada pela indústria farmacêutica, torna-se uma consequência desastrosa do adoecimento mental na sociedade capitalista (MARX, 2013).

Assim como toda práxis humana, a da saúde encerra seus movimentos contraditórios em face do capital, uma vez que, ainda que esteja imersa em uma espiral de produção/valorização de valor, não perde seus traços essenciais como cuidado, na busca pela intervenção naquilo que ameace a vida de indivíduos e coletividades. Esses traços essenciais passam a coexistir, dialeticamente (nas sociedades nas quais imperam o trabalho abstrato/alienado), com sua subordinação ao processo de valorização e, em consequência, produção e reprodução do capital (MERHY; FRANCO, 2003; SOUZA; MENDONÇA, 2017 *apud* SOUZA; ABAGARO, 2021 p. 05).

Este capítulo propõe uma reflexão sobre a relação do capitalismo, mídias sociais e saúde mental, bem como os impactos da tecnologia nessas vertentes.

4.1 O impacto das tecnologias na sociedade contemporânea

A constante e rápida evolução tecnológica tem influenciado profundamente os modos de vida, trabalho, interação e relações sociais da sociedade contemporânea.

A transição das eras industriais para a atual era da indústria 4.0 redefine as dinâmicas do trabalho, suscitando questionamentos sobre a adaptação das novas

gerações a um ambiente cada vez mais virtual. A investigação dessas transformações históricas e as projeções futuras nos conduzem a uma compreensão mais profunda desse panorama em constante evolução (LOLLI; MAIO, 2015).

No contexto do vício em tecnologia, a crescente dependência de dispositivos eletrônicos levanta sérias preocupações. A compreensão dos fatores que tornam as telas viciantes é crucial para desenvolver estratégias eficazes visando a promoção de um uso mais saudável da tecnologia (DORIA, 2017).

A rápida evolução tecnológica, embora proporcione inovações transformadoras, cria uma divisão digital que amplifica as desigualdades existentes. Aqueles que não têm acesso a dispositivos conectados à internet e às ferramentas digitais ficam excluídos de oportunidades cruciais na sociedade moderna. Educação, oportunidades de trabalho, serviços de saúde, informações relevantes e interações sociais cada vez mais ocorrem de maneira digital, deixando os “não” conectados em uma posição desfavorecida (MENDES, 2017).

Essa exclusão digital não se restringe apenas ao acesso a dispositivos, inclui também a falta de habilidades digitais necessárias para engajar efetivamente no mundo virtual. A lacuna entre os digitalmente habilidosos e aqueles que não possuem as competências necessárias aumenta a marginalização, tornando difícil para muitos acompanharem as rápidas mudanças e participarem plenamente da sociedade contemporânea (MENDES, 2017).

A evolução tecnológica, ao mesmo tempo em que proporciona avanços, pode criar uma sociedade de duas velocidades, onde alguns desfrutam dos benefícios das inovações, enquanto outros são deixados para trás. Isso levanta questões éticas e sociais, questionando a equidade no acesso a recursos essenciais e oportunidades (COSTA, 2021).

Neste aceleração da vida, há de lembrar que o ser humano também envelhece. O envelhecimento populacional assume contornos distintos em um cenário digital em constante expansão. Nesse contexto, é crucial compreender a interseção entre a longevidade crescente e a integração cada vez maior às tecnologias, considerando os impactos significativos na saúde mental dos indivíduos (LOLLI; MAIO, 2015).

À medida que a expectativa de vida aumenta, observamos uma geração mais idosa que não apenas testemunha, mas também participa ativamente da revolução tecnológica em curso. A inserção em tecnologias, como dispositivos eletrônicos e

plataformas online, torna-se uma parte intrínseca da vida cotidiana desses indivíduos. No entanto, a forma como essa imersão digital impacta sua saúde mental é uma questão complexa e multifacetada (LOLLI; MAIO, 2015).

A utilização de tecnologias pode oferecer oportunidades significativas para a conexão social, o acesso à informação e a participação em atividades intelectuais. No entanto, os desafios também se manifestam, incluindo a possibilidade de exclusão digital, a dificuldade de adaptação a interfaces complexas e a exposição a conteúdos potencialmente prejudiciais (LOLLI; MAIO, 2015).

A solidão e o isolamento social, problemas frequentemente associados ao envelhecimento, podem ser atenuados ou exacerbados pela tecnologia. Embora as mídias sociais e as comunidades online possam proporcionar uma sensação de conexão, a falta de interações presenciais e o risco de serem vítimas de fraudes online são fatores a serem considerados (COSTA, 2021).

Além disso, a rápida evolução tecnológica pode criar uma lacuna geracional, onde alguns idosos podem se sentir alienados ou desconfortáveis com as inovações constantes. A ansiedade relacionada à tecnologia e a sensação de inadequação podem desencadear problemas de saúde mental, como estresse e depressão (COSTA, 2021).

Portanto, ao explorar a relação entre o envelhecimento populacional e a inserção em tecnologias, é imperativo adotar estratégias que promovam a inclusão digital, ofereçam suporte na adaptação às mudanças tecnológicas e incentivem o uso saudável dessas ferramentas emergem como componentes essenciais para preservar e fortalecer a saúde mental dos idosos neste cenário digital em constante evolução (COSTA, 2021).

A promoção da conscientização, o desenvolvimento de políticas inclusivas e o investimento em educação emergem como passos cruciais para a construção de uma sociedade resiliente e equitativa diante das dinâmicas transformações tecnológicas (MENDES, 2017).

Ao enfrentarmos esses desafios, é imperativo buscar um equilíbrio entre os benefícios e os riscos das tecnologias emergentes.

4.2 A saúde mental e o uso mídias sociais

A área da saúde também recebe impactos do capitalismo e do processo de evolução tecnológica, mas ressaltamos que o capital humano ainda é de extrema relevância nas atividades desse setor do mercado.

[...] destacamos que a força de trabalho em saúde está inserida no movimento histórico geral das formas de reposição de exploração empreendidas pelo capital, a exemplo do que temos visto no âmbito da precarização do trabalho. Não é um processo homogêneo, até porque na divisão social do trabalho em saúde há diversas nuances que atravessam um processo de hierarquização e (super) especialização que impõe diferenças e peculiaridades para as profissões contemporâneas (MERHY; FRANCO, 2003; SOUZA; MENDONÇA, 2017 *apud* SOUZA; ABAGARO, 2021 p. 05).

O capitalismo contemporâneo tem exercido uma influência significativa na saúde mental das pessoas, com a popularização da competitividade sendo um dos principais aspectos que merecem atenção. O mundo atual é caracterizado por uma economia globalizada, onde a busca por lucro e sucesso, muitas vezes, sobrepõe-se a outros valores fundamentais, como a saúde mental e o bem-estar individual (FRIEDMAN, 2023).

Na perspectiva de Marx (1983 *apud* TUMOLO, 2003), o valor da força de trabalho, assim como o de qualquer outra mercadoria, é estabelecido pelo tempo de trabalho necessário para sua produção e reprodução. Em essência, a força de trabalho representa uma quantidade específica de trabalho social médio incorporado nela. Essa força de trabalho só é tangível como uma disposição do indivíduo vivo. Sua produção, portanto, requer a existência desse indivíduo. Considerando a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho se resume à sua própria reprodução ou sustentação. Para que essa sustentação ocorra, o indivíduo vivo necessita de uma quantidade de meios de subsistência. A quantidade desses meios de subsistência deve ser suficiente para manter o trabalhador como tal, em seu estado de vida habitual.

A competitividade, que é incentivada e valorizada no contexto do capitalismo, pode ter efeitos profundos na saúde mental das pessoas. A constante pressão para se destacar, atingir metas cada vez mais ambiciosas e superar os outros cria um ambiente de constante estresse e ansiedade. As redes sociais digitais, por exemplo, têm contribuído para uma cultura de comparação constante, onde as conquistas e aparências dos outros são exibidas de forma exacerbada, levando muitos a se sentirem inadequados ou insuficientes (ANTUNES; BRAGA, 2015; FRIEDMAN, 2023).

Além disso, a busca incessante pelo crescimento econômico e pelo acúmulo de riqueza, muitas vezes, leva a longas jornadas de trabalho, falta de equilíbrio entre vida pessoal e profissional e uma cultura de excesso de trabalho. Isso pode resultar em exaustão física e mental, prejudicando a saúde mental das pessoas. A falta de tempo para cuidar de si mesmo, para relaxar e para se conectar com os outros pode levar ao isolamento e à solidão, fatores que contribuem para problemas de saúde mental (DAL ROSSO, 2017).

Outro aspecto a considerar é a mercantilização da própria saúde mental. A indústria do bem-estar e da autoajuda muitas vezes capitaliza sobre as dificuldades emocionais das pessoas, prometendo soluções rápidas e fáceis para problemas complexos. Isso pode criar expectativas irrealistas e levar a sentimento de frustração e fracasso quando as soluções propostas não entregam os resultados esperados (CORBANEZI, 2021).

Ressalta-se que a avaliação da relação entre capitalismo contemporâneo e saúde mental é uma questão complexa e influenciada por múltiplos olhares. Embora algumas abordagens possam ver aspectos positivos como inovação, geração de empregos e acesso a recursos no contexto econômico atual, é necessário colocar esses pontos positivos no quadro mais amplo da complexidade social e individual (SANTANA; PERES, 2013).

Segundo Corbanezi (2021) há uma necessidade urgente de uma abordagem mais equilibrada e humana nos negócios para os desafios de saúde mental impostos pelo capitalismo contemporâneo. No entanto, face ao imperativo do lucro, importa explorar as origens desta proposta de solução e questionar a viabilidade de conciliar os objetivos do mundo empresarial com os princípios humanísticos.

De fato, não é possível, em meio a todo esse processo de revoluções em prol do capitalismo, conciliar os interesses capitalistas com os interesses da classe trabalhadora.

Na dinâmica da exploração da força de trabalho, há a premissa da produção da totalidade da vida do trabalhador na sociedade capitalista, implicando na formação do cidadão. Dessa forma, a distinção entre "espaço e tempo de trabalho" e "espaço e tempo fora do trabalho" se dissipa, uma vez que eles se influenciam mutuamente e só podem ser compreendidos como espaços e tempos que se desenvolvem historicamente dentro da lógica do capital. Esses dois "espaços" se amalgamam, sendo manifestações de um único "espaço", que é o local do capital. No entanto, essa

realidade é fruto de um processo histórico, o qual é o processo de consolidação do capital expresso pela completa subordinação do trabalho ao capital (MARX, 1983 *apud* TUMOLO, 2003).

Dessa forma, é importante promover a saúde mental em todos os estratos sociais, porém, é crucial reconhecer que as classes mais favorecidas diferem drasticamente daquelas enfrentada pela massa trabalhadora. Enquanto indivíduos em posições privilegiadas podem ter acesso a recursos e apoio para gerenciar o estresse e encontrar um equilíbrio entre vida pessoal e profissional, aqueles em situações socioeconômicas desfavoráveis podem enfrentar desafios adicionais, como insegurança no emprego, falta de acesso a cuidados de saúde mental e jornadas de trabalho exaustivas. Portanto, qualquer abordagem voltada para a promoção da saúde mental deve ser sensível às disparidades sociais e buscar garantir que todos tenham acesso igualitário a recursos e apoio necessários (CORBANEZI, 2021).

O controle das emoções tem sido uma tarefa desafiadora para muitas pessoas, conforme indicado no relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS) de 2001. Essa dificuldade tem contribuído para o aumento de distúrbios mentais em grande parte da população, que busca atender às expectativas sociais, como alcançar sucesso no trabalho, ser reconhecido pelos colegas e superiores, obter uma educação acadêmica sólida e realizar outras aspirações (OMS, 2001).

No Brasil, a Política de Saúde Mental (lei 10.216/02) vem buscando construir uma nova perspectiva ética e política de compreensão da experiência da loucura e produzir novas respostas à complexidade e a multidimensionalidade das necessidades que emergiram com a ruptura da tutela asilar (BRASIL, 2002). Nos últimos vinte anos este processo tem-se caracterizado pela construção da saúde mental como “território de cidadania, emancipação, reprodução social e qualidade de vida”. A criação de novos serviços, políticas e projetos locais constituem um dos principais desafios para a efetivação da reforma psiquiátrica (DRUMOND, 2017).

A Reforma Psiquiátrica representa um marco significativo na transformação do modelo de assistência em saúde mental. Baseado em princípios humanistas e democráticos, busca substituir o modelo manicomial por práticas que valorizem a autonomia, a inclusão social e o respeito aos direitos humanos das pessoas com transtornos mentais. Essa abordagem prioriza o tratamento em liberdade, a desospitalização progressiva e a promoção da cidadania e da reinserção social. A Reforma Psiquiátrica, portanto, não se limita apenas a mudanças estruturais nos

serviços de saúde, mas engloba uma reconfiguração dos valores e das práticas no campo da saúde mental, promovendo uma visão mais ampla e integradora do cuidado com a saúde mental na sociedade.

Nessa direção, partimos do consenso atual de que as variáveis para a obtenção de bons resultados nas intervenções em saúde mental estão mais conectadas a vida dos sujeitos do que à sua doença. Assim, é importante conhecer e refletir sobre suas trajetórias de vida bem como sobre a qualidade dos serviços oferecidos para que haja a possibilidade de aumento de poder contratual dos usuários, a melhoria da qualidade de vida, e a produção de relações capazes de produzir sentido e autonomia (MENDES, 2017).

Saraceno (2001) propõe que a reabilitação seja um processo de reconstrução e exercício pleno da cidadania, baseado em três cenários principais: condições de apropriação dos espaços de moradia e sociais, construção de vínculos comunitários e familiares, e a validação social proveniente da produção de bens ou da criação de valores sociais em diversos níveis de produção.

Nesse sentido a intervenção em saúde mental deve comprometer-se com a restituição do poder contratual e a (re)construção das redes sócio-relacionais dos sujeitos (MENDES, 2017).

A saúde mental é um estado de bem-estar que permite a cada indivíduo desenvolver seu mais alto potencial, superar as dificuldades cotidianas, contribuir produtivamente para a sociedade e participar ativamente da comunidade (OMS, 2020). Quando examinamos essa descrição, fica claro que a falta de saúde mental pode limitar a capacidade das pessoas de serem quem elas querem ser, de lidar com sucesso com os desafios do dia a dia e de perseguir os objetivos da vida, resultando em falta de produtividade e engajamento cívico. Tais resultados, além de dificultar a participação democrática e a consideração do bem comum, podem levar à frustração, privação e até tendências à violência (LANCETTI, 2010).

Zuboff (2020) fala sobre as ameaças de vigilância e controle remoto da tecnologia digital moderna. Ela destacou como as empresas coletam continuamente dados pessoais, moldam nossas experiências e muitas vezes tomam decisões que impactam nossas vidas sem nosso conhecimento ou consentimento. Zuboff (2020) questiona que vivemos numa era de capitalismo de vigilância em que o nosso comportamento é monitorizado e manipulado para obter lucro.

Slee (2019) destaca como as mídias sociais podem exacerbar a insegurança no emprego. À medida que proliferam as aplicações de entrega de comida e transporte, os trabalhadores enfrentam uma pressão constante para estarem sempre ligados e disponíveis. Isso cria uma cultura de trabalho 24 horas por dia, 7 dias por semana, onde os funcionários muitas vezes sacrificam o tempo pessoal e a saúde mental em nome da produtividade. A constante conexão digital nas mídias sociais agrava a sensação de trabalho sem fim, levando ao esgotamento físico e emocional.

O'Neil (2020) revela como as redes sociais digitais agravam a desigualdade entre os trabalhadores. Os algoritmos utilizados nas mídias sociais muitas vezes perpetuam bolhas de informação, fornecendo aos utilizadores conteúdos que reforçam as suas crenças e interesses existentes. Isto pode levar à polarização e ao isolamento social, tornando mais difícil para a classe trabalhadora estabelecer ligação com outros pontos de vista e encontrar apoio em diversas comunidades. Os algoritmos das mídias sociais podem prender os funcionários em bolhas de informação, limitando a sua exposição a diversos pontos de vista e exacerbando a desigualdade.

Cabe ressaltar sobre as bolhas políticas, fenômenos cada vez mais evidentes na era da internet, influenciadas pela forma como as pessoas consomem e compartilham informações online. A vasta disponibilidade de conteúdo digital e a capacidade das plataformas de mídia social de personalizar o que é exibido aos usuários contribuem significativamente para a formação dessas bolhas.

Por meio de algoritmos que priorizam o conteúdo com o qual os usuários já concordam ou se identificam, as mídias sociais criam ambientes onde as opiniões são reforçadas e pouca exposição a pontos de vista alternativos é proporcionada. Isso resulta em uma polarização ainda maior das ideias políticas, dificultando o diálogo construtivo, alimentando a desconfiança em relação a visões opostas e prejudicando o debate público saudável. Portanto, embora a internet tenha o potencial de conectar pessoas e ampliar o acesso à informação, também favorece a criação e o fortalecimento de bolhas políticas que podem fragmentar a sociedade e minar a coesão social.

A busca pela aprovação social nas mídias sociais pode afetar a autoestima e a saúde mental dos colaboradores. A exposição constante a imagens e atualizações de colegas ou pessoas influentes que vivem vidas aparentemente perfeitas pode levar a sentimentos de inadequação e ansiedade. Como resultado, os funcionários podem sentir-se pressionados a manter uma fachada de sucesso e felicidade, mesmo que isso

signifique esconder as suas verdadeiras emoções e lutas. As comparações constantes nas mídias sociais com outras vidas aparentemente perfeitas podem ter um impacto negativo na autoestima e no bem-estar dos trabalhadores (O'NEIL, 2020).

O sofrimento mental tem se tornado alvo de inúmeras pesquisas e debates em nossa sociedade, pois cresce cada vez mais o número de pessoas que apresentam esta demanda nos consultórios, ambulatórios e Unidades Básicas de Saúde (UBS). A etiologia do sofrimento mental perpassa por vários fatores, sejam eles biológicos, sociais, psicopatológicos, uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, questões financeiras/econômicas ou todos eles ao mesmo tempo (REIS, 2017).

O sofrimento mental tem sido objeto de extensas pesquisas e debates em nossa sociedade, à medida que o número de indivíduos buscando ajuda em consultórios, ambulatórios e Unidades Básicas de Saúde (UBS) tem crescido substancialmente.

Programas de educação em saúde mental nas escolas, empresas e comunidades podem contribuir para a conscientização e a redução do estigma em torno das questões emocionais. Isso ajuda a criar um ambiente onde as pessoas se sintam à vontade para buscar ajuda quando necessário, sem medo de serem julgadas ou estigmatizadas (SLEE, 2019).

Ressalta-se que é crucial reconhecer que os governos podem desempenhar um papel fundamental na promoção da saúde mental das pessoas. Alcançar esse objetivo requer a implementação de políticas públicas específicas, acessíveis e eficazes. Ações destinadas a acabar com as disparidades econômicas, aumentar o acesso a serviços de saúde mental de qualidade e construir sistemas de apoio sólidos podem representar um passo muito importante na direção certa. É importante entender que essas iniciativas não apenas têm um impacto positivo na saúde mental individual, mas também ajudam a fortalecer a coesão e a saúde da sociedade como um todo.

A promoção da saúde mental não pode ser considerada isoladamente, mas deve ser inserida em um contexto mais amplo, levando em consideração a complexa interação entre fatores socioeconômicos, políticos e culturais. Soluções simplistas podem ignorar as nuances do desafio em questão e as barreiras inerentes à sua resolução. Portanto, uma abordagem abrangente e baseada em evidências é essencial para abordar efetivamente questões relacionadas à saúde mental e ao bem-estar das populações.

4.3 O multiverso das mídias sociais

As mídias sociais podem ser descritas como complexas teias de interações que envolvem o indivíduo, possibilitando a união, a comunicação, a troca e a transformação. Ao se integrar a essas redes, surge a oportunidade de estruturar a sociedade de maneira descentralizada, permitindo que cada participante ocupe diversas posições de forma simultânea, conforme seus interesses e os temas em discussão. Na dinâmica das redes, a aprendizagem se desenvolve de maneira coletiva, fortalecendo os laços entre os seus membros e, principalmente, ampliando o poder de decisão dos diversos nós que as compõem (LIRA, 2017).

As redes permitem a organização das comunidades com o propósito de buscar aprimoramentos nas condições de saúde, os quais podem se concretizar por meio da promoção de apoio social e do compartilhamento de conhecimentos. As redes de apoio social costumam ser mobilizadas por pessoas com necessidades de saúde para contribuir com o enfrentamento dos problemas por elas vivenciados (COSTA, 2018).

Indivíduos se integram à sociedade por meio das relações que constroem ao longo de toda a vida, inicialmente no contexto familiar, seguido pela escola, pela comunidade em que residem e pelo ambiente de trabalho; enfim, as relações que as pessoas desenvolvem e mantêm é que fortalecem a esfera social. “A própria natureza humana nos liga a outras pessoas e estrutura a sociedade em rede” (TOMAÉL; ALCARÁ; DI CHIARA, 2005, p. 93). Nas plataformas de mídias sociais, cada pessoa desempenha um papel específico e carrega consigo uma identidade cultural única. A interação com outros indivíduos contribui para a formação de um conjunto coeso que representa a totalidade da rede (LIRA, 2017).

Goffman (1970 *apud* Smith, 2008) sociólogo norte-americano, estabeleceu a base para a compreensão da vida social como uma série de encontros ritualizados face a face, nos quais o estatuto sagrado do "self" (o eu) é continuamente reafirmado, seguindo o caminho da teoria de Émile Durkheim (1964).

Agora, o cenário do espetáculo não é mais a grande cidade, como em Simmel, (2007) nem os meios massivos de comunicação. Segundo Debord (2018) é o próprio encarceramento que se transforma em um palco. No entanto, uma vez que se trata da vida social, os espectadores também são os atores. O autor também revela que o "homem que age" o faz na medida em que consegue fazer com que seus gestos sejam

autênticos, sua atuação seja convincente e esteja em consonância com o que ele percebe.

Portanto, a teoria de Goffman (1994) assume uma importância fundamental, pois desloca a relação entre imagem e pessoa para o campo da construção da subjetividade, em vez de focar nas representações sociais de maneira ampla. Para o autor, o significado original de pessoa é a máscara; portanto, personificar um papel significa vestir-se, disfarçar-se, ocultar o que se é com o que se deveria ou gostaria de ser. No entanto, essa máscara representa o conceito que temos de nós mesmos, o papel que tentamos viver, tornando-a o nosso "self" mais verdadeiro, o eu que aspiramos a ser. A máscara não é algo que esconde; o que é intrínseco ao indivíduo não é uma interioridade única e invariável, mas a capacidade de se transformar em um ator que compõe um personagem (COSTA, 2018).

Se o personagem é bem-sucedido, de acordo com Goffman (1994), ele construirá um "self" que é a representação que compartilha com os outros, a ponto de fazê-los esquecer que se trata de um personagem. O autor afirma que "uma cena bem montada e representada leva a plateia a atribuir um 'self' ao personagem representado, mas essa atribuição - esse 'self' - é um produto da cena representada, e não sua causa". Em outras palavras, se a atuação é eficaz aos olhos dos outros personagens, o "self" torna-se a coincidência entre o ator e o personagem, assim como os outros são, por sua vez, personagens e público.

Dessa forma as mídias sociais não afeta somente aqueles que se supõe vigiados, mas, na verdade, todos os envolvidos nas relações sociais. Essa é uma forma de vigilância que opera menos "de fora para dentro" e mais "entre todos". Esses processos sempre envolvem alguma forma de normalização, pois se trata de negociar entre o que pode ser atuado e o que se espera dessa atuação. No entanto, a direção da visibilidade não é unidirecional (como a vista da torre central em um panóptico, que pode estar vazia), mas múltipla. Além disso, a perspectiva teatral desses ambientes de encarceramento, punição e vigilância, desde os tempos de Simmel (2007) e Goffman (1994) até as contribuições de Smith (2008), permite uma reavaliação das categorias de intimidade, privacidade e público, todas fundamentais na construção moderna das subjetividades (LIRA, 2017).

Nesse contexto, é relevante mencionar o trabalho de Sibilia (2008), que observa que no ciberespaço, seja no Facebook, Twitter, Instagram, blogs ou qualquer outra plataforma de rede social, o eu se transformou em um "show" e a intimidade se

converteu em espetáculo. Isso implica uma transformação significativa na vigilância por várias razões. Em primeiro lugar, inverte, de certa forma, a matriz foucaultiana da relação entre tecnologia, vigilância e subjetividade.

As mídias sociais continuam a expor o que tradicionalmente constituiria sua intimidade ou privacidade.

4.4 Serviço Social e os cuidados com a saúde mental

Esse período de intensificação industrial assistiu também ao aparecimento de várias doenças relacionadas com o trabalho, muitas das quais associadas ao trabalho forçado, condições insalubres e perigosas. Exemplos notáveis incluem a silicose (uma doença respiratória causada pela inalação de partículas de sílica presentes em minas e fábricas) e envenenamento por mercúrio (KAPPES *et. al.*, 2021).

Esses casos de doenças físicas ocupacionais ilustram a ligação direta entre duras condições de trabalho e impactos negativos na saúde física dos trabalhadores. Por outro lado, as explorações intensas da subjetividade humana muitas vezes se traduzem em problemas de saúde mental, pois estresse, instabilidade e alienação do trabalho podem levar a distúrbios como ansiedade e depressão (KAPPES *et. al.*, 2021).

O enfoque no cuidado em saúde mental tem destacado a importância de direcionar a atenção para intervenções que proporcionem opções para abordar a realidade social, visando promover apoio mútuo, participação democrática e engajamento em movimentos sociais (FARO, 2020).

Sob essa ótica, as mídias sociais possuem uma relevância significativa, tanto na reconstrução de um cotidiano frequentemente perdido devido ao sofrimento psíquico, quanto como um suporte fundamental no tratamento por meio de diversos mecanismos de apoio e solidariedade. Dessa forma, elas ganham relevância na reinserção e reabilitação do portador de transtorno mental na sociedade, bem como no resgate de sua autonomia (BARROS-DELBEN, 2020).

A recepção e percepção dos apoios sociais são cruciais para preservar a saúde mental, uma vez que as redes de proteção robustas auxiliam o indivíduo a lidar com situações estressantes, como ter um membro da família com transtorno mental ou receber o diagnóstico de uma doença crônica. Nesse contexto, quanto mais diversas forem as relações e abrangentes os contextos, maior e mais variado será o leque de recursos psicossociais disponíveis para a pessoa. “Uma rede social pessoal estável,

ativa e confiável protege o indivíduo em sua vida diária, favorece a construção e manutenção da autoestima e acelera os processos de recuperação da saúde” (OLIVEIRA; ALESI, 2005 *apud* BRUSAMARELLO, *et. al.* 2011, p. 34).

Assim sendo, torna-se essencial para a promoção da saúde nos aspectos físicos, psicológicos e afetivo-emocionais. Por outro lado, existem redes que não oferecem suporte adequado, e, conseqüentemente, sua fragilidade e insuficiência tornam-se fatores de vulnerabilidade à saúde, contribuindo para o aumento de doenças tanto emocionais quanto físicas, como depressão, hipertensão arterial e obesidade. Vale ressaltar que a rede social de um indivíduo reflete o contexto histórico, cultural, social e político, e as pessoas nela inseridas possuem interesses, desejos, intenções e vontades (SIQUEIRA, 2018).

São caracterizadas como o conjunto de relações que o indivíduo reconhece como significativas, englobando possivelmente membros da família, amigos, colegas de trabalho, companheiros de escola e pessoas da comunidade.

Nos últimos anos, no contexto da reforma psiquiátrica brasileira, o padrão hospitalocêntrico de atendimento em saúde mental vem sendo questionado e, gradualmente, substituído por uma nova forma de cuidar da pessoa com transtorno mental, baseada na inclusão e na reabilitação psicossocial. O atual modelo de atuação busca substituir a assistência excludente, que causava o abandono e a marginalização, por uma rede de atenção integral à saúde mental que favoreça a integração social e familiar dos portadores de transtornos mentais (OLIVEIRA; ALESI, 2005 *apud* BRUSAMARELLO, *et. al.* 2011, p. 34).

No cenário contemporâneo, a promoção da saúde mental emerge como uma necessidade crucial, sendo o serviço social um ator fundamental nesse processo. A abordagem adotada pelos profissionais de serviço social visa não apenas mitigar problemas imediatos, mas também construir bases sólidas para o bem-estar emocional das comunidades (LIMA *et. al.*, 2022).

Os desafios enfrentados pelas famílias na atualidade são diversos, desde questões econômicas até dinâmicas sociais complexas. O serviço social, ao desenvolver programas específicos, visa fortalecer os laços familiares, proporcionando um ambiente de apoio emocional e social. A orientação familiar, o acesso a recursos psicossociais e a promoção de práticas saudáveis de convivência são elementos-chave incorporados nesses programas (AMÂNCIO, 2008).

Além disso, os projetos sociais e culturais se apresentam como ferramentas potentes no cuidado da saúde mental. Ao promover atividades que estimulam a

expressão artística, o engajamento comunitário e a celebração da diversidade cultural, tais projetos contribuem para a construção de identidades positivas e o fortalecimento do tecido social. O serviço social desempenha um papel estratégico na concepção, implementação e avaliação desses projetos, garantindo que eles atendam às necessidades específicas das comunidades atendidas (BARBOSA, 2006).

No contexto dos programas para família, o serviço social busca oferecer suporte emocional e prático, enfrentando desafios como a educação parental, a conciliação entre vida profissional e familiar, e a prevenção de conflitos intrafamiliares. A intervenção proativa visa não apenas resolver crises imediatas, mas também criar condições para o florescimento de relações saudáveis e resilientes (AMÂNCIO, 2008).

Quanto aos projetos sociais e culturais, o serviço social age como mediador entre as comunidades e as iniciativas, assegurando que as atividades propostas estejam alinhadas com as demandas e aspirações locais. A diversidade cultural é celebrada como um ativo, promovendo um senso de pertencimento e contribuindo para a redução do estigma associado a questões de saúde mental (LIMA *et. al.*, 2022).

Entretanto, é fundamental reconhecer os desafios que permeiam essas práticas. A escassez de recursos, a estigmatização persistente em relação à saúde mental e as desigualdades socioeconômicas representam barreiras que o serviço social enfrenta ao buscar contribuir efetivamente para o cuidado mental. A sensibilização pública, o trabalho colaborativo com outros profissionais da saúde e a promoção de parcerias com instituições locais são estratégias-chave para superar esses obstáculos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pautado no estudo apresentado, vale registrar algumas pontuações e considerações relevantes, bem como a necessidade de intervenções e a importância do serviço social na atuação deste contexto apresentado.

A transição para a era da indústria 4.0 redefiniu as dinâmicas do trabalho, gerando questionamentos sobre a adaptação das gerações presentes e futuras a um ambiente cada vez mais virtual. Paralelamente, o vício em tecnologia destaca-se como uma preocupação crescente, exigindo uma compreensão aprofundada dos mecanismos neurobiológicos envolvidos e o desenvolvimento de estratégias para um uso mais saudável da tecnologia.

A exclusão digital, resultante da rápida evolução tecnológica, amplifica desigualdades existentes, marginalizando aqueles sem acesso a dispositivos e habilidades digitais. A sociedade de duas velocidades emerge, levantando questões éticas sobre a equidade no acesso a recursos essenciais. No envelhecimento populacional, a imersão nas tecnologias pode proporcionar oportunidades significativas, mas também desafios complexos relacionados à saúde mental e ao isolamento social.

Em meio a esses desafios, torna-se imperativo encontrar um equilíbrio entre os benefícios e os riscos das tecnologias emergentes. A conscientização, políticas inclusivas e investimentos em educação destacam-se como pilares cruciais para construir uma sociedade resiliente e equitativa diante das transformações tecnológicas.

As mídias sociais por sua vez, são analisadas como espaços de intimidade e teatralidade, onde interações face a face são substituídas por representações online.

No âmbito do capitalismo, as pressões de trabalho exacerbadas pelas redes sociais digitais contribuem para a insegurança no emprego e aumentam as desigualdades. A vigilância constante e as comparações sociais nas mídias sociais afetam negativamente a autoestima e o bem-estar dos trabalhadores, destacando a necessidade de abordagens mais humanizadas e equitativas nas relações de trabalho.

A promoção da saúde mental torna-se, assim, um desafio que transcende as barreiras disciplinares e exige intervenções abrangentes. Programas de educação em saúde mental, políticas governamentais inclusivas e ações que visem reduzir o estigma em torno das questões emocionais emergem como estratégias essenciais.

Para muitos especialistas as mídias sociais geram diversos problemas relacionados à saúde mental, por exemplo: a questão da autoimagem. Uma vez que buscam padronizar e determinar qual o corpo socialmente aceito. Algo imposto constantemente em alguns instrumentos de grande visualização e impacto dentro das rotinas sociais.

Esses problemas podem ser considerados de grande impacto a saúde emocional e clínica das pessoas, uma vez que as imagens corporais das mesmas precisam ser reafirmadas e desenvolvido um acompanhamento por parte dos profissionais psicológicos para que as práticas de bulimia e anorexia não sejam mais realizadas. Vale destacar que grande parte das pessoas que apresentam problemas com sua imagem e realizam algumas dessas práticas em suas rotinas, tendem a ser observadas por parte dos familiares. Assim como a família pode ser o principal verificador do quadro psicológico das pessoas com problemas em firmar sua autoimagem.

O estudo elucidou a importância de constantes pesquisas relacionadas ao impacto da tecnologia na saúde mental. Um dos pontos é investigar o motivo do baixo desinteresse das mulheres nas áreas voltadas para as tecnologias e lutar para proporcionar um ambiente igualitário para que possamos seguir avançando cada vez mais no mundo tecnológico.

Nesse contexto, o papel dos assistentes sociais ganha destaque como agente fundamental na construção de pontes entre as complexidades sociais e as necessidades individuais. Ao atuar como facilitadora na implementação de políticas inclusivas, promotora de suporte mútuo e defensor de movimentos sociais, tal profissional desempenha um papel vital na promoção da saúde mental e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A integração de esforços, a conscientização da interconexão entre os diversos aspectos abordados e a promoção de políticas humanizadas são essenciais para enfrentar os desafios emergentes na sociedade contemporânea. O futuro, permeado pela evolução tecnológica constante, requer uma abordagem colaborativa e compassiva para garantir que a tecnologia seja uma ferramenta de progresso social, sem deixar margem para a exclusão.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C.. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time. In: ANTUNES, R.. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo:Boitempo, 2020.
- ABREU, B. M.. Inclusão e acessibilidade em tempos de pandemia. **Pedagogia em Ação**, v. 13, n. 1, p. 155-165, 2020.
- AMÂNCIO, I. N. **A prática do assistente social no CAPIS**: Possibilidades, limites e desafios. Trabalho de Conclusão de Curso – Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, João Pessoa, 2008.
- ANTUNES, R.. **Adeus ao trabalho?** — ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R.. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- ANTUNES, R.. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BARBOSA, T. K. G. B. M. **Saúde Mental e demandas para o Serviço Social**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Serviço Social – UFAL, Maceió, 2006.
- BESERRA, G. L; PONTE, B. A. L; SILVA, R. P; BESERRA, E. P; SOUSA, L. B; GUBERT, F. A. Atividade de vida “comunicar” e uso de redes sociais sob a perspectiva de adolescentes. **Cogitare Enfermagem**. Fortaleza: 2016.
- BRASIL. **Lei no 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm. Acesso em: 02 jan 2024.
- CAVALCANTE, R.; PRÉDES, R. Tecnologias de informação e de comunicação, políticas sociais e o trabalho de assistentes sociais. **Serv. Soc. Soc.**, n. 144, p. 110-128, maio/set. 2022.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Teletrabalho e teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalhotelepericiacfess.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- CORBANEZI, E. R. **Saúde mental, depressão e capitalismo**. Editora Unesp, 2021.
- COSTA, D. E. S. *et. al.* A influência das tecnologias na saúde mental dos idosos em tempos de pandemia: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, 2021.
- DAL ROSSO, S.. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

- DEBORD, G.. **La sociedad del espectáculo**. 3a ed . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: la marca editora, 2018.
- DORIA, P. Sim, teclas viciam. **O Globo, Rio de Janeiro**, v. 7, p. 24, 2017.
- DURKHEIM, É. **The division of labor in society**. Nova York: Free Press, 1964.
- ENGELS, F.. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FELICIANO, I. P; AFONSO, R. M. Estudo sobre a auto-estima em adolescentes dos 12 aos 17anos. **Psicologia, saúde e doenças**, Lisboa, 13, n.2, 2012.
- FERREIRA, J. B.; FLORES, I. F.. Tecnologias móveis e redes sociais no mercado de trabalho: visão dos gestores organizacionais. **Revista Inteligência Competitiva**, v. 8, n. 3, p. 84-100, 2018.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2023.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOFFMAN, W. **Information science: discipline or disappearance**. ASLIB Proceedings, v. 22, n. 12, p. 589-596, 1970.
- GOFFMAN, E.. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GOFFMAN, E.. **Internados: ensayos sobre la situación social de los enfermos mentales**. Buenos Aires: Amorrortu, 1994.
- GUERRA, Y.; ORTIZ, F. G.; SANTANA, J. V.; NASCIMENTO, N. S. F.. **Elementos para o debate contemporâneo da “questão social”**: a importância de seus fundamentos. 241R. Pol. públ., v. 11, n. 2, p. 237-255, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321129122012.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.
- HARVEY, D.. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo:Boitempo Editorial, 2019.
- LIMA, V. P. *et. al.* O assistente social na saúde mental: atuação profissional em unidade de saúde mental. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 6, p. 1184-1199, 2022.
- LIMA, N. L; SOUZA, E. P; REZENDE, A. O; MESQUITA, A. C. R. Os adolescentes na rede: uma reflexão sobre as comunidades virtuais. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro,64, n. 3. 2012.
- LOLLI, M. C. G. S; MAIO, E. R. Uso da tecnologia para idosos: perfil, motivações, interesses e dificuldades. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 2, 2015.

LUPIANHES, K.. A influência das redes sociais na comunicação e no ambiente interno de trabalho. **Refas-Revista Fatec Zona Sul**, v. 3, n. 2, p. 1-22, 2017.

MARX, K.. **Capital**: volume III. Penguin UK, 1992.

MARX, K.. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013, Livro I, p. 342.

MOROMIZATO, M. S.; FERREIRA, D. B. B.; SOUZA, L. S. M.; LEITE, R. F.; MACEDO, F. N.; PIMENTEL, D. O uso de internet e redes sociais e a relação com indícios de ansiedade e depressão em estudantes de medicina. **Revista brasileira de educação médica**. Sergipe, 41, n.4, 2017.

MURDOCK, G. **Comunicação contemporânea e questões de classe**. Matrizes, v. 2, n. 2, p. 31–56, 2009.

O'NEIL, C. **Algoritmos de destruição em massa**: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia / Cathy O'Neil ; tradução Rafael Abraham. 1. ed. Santo André, SP : Editora Rua do Sabão, 2020.

NUNES, D. **Educação superior em computação, estatísticas 2017**. Sociedade Brasileira de Computação-SBC, 7. 2018.

OLIVEIRA, V. L. R. **O trabalho dos motoboys no processo de produção e reprodução social no município de João Pessoa/PB**: revelando uma expressão da questão social. 2022.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Manejo clínico de condições mentais, neurológicas e por uso de substâncias em emergências humanitárias**. Guia de Intervenção Humanitária. Brasília, DF: OPAS. 2020.

PASQUALINO, B. B; RIDENTI, M. S. **A Radio Rebelde como arma de guerrilha na Revolução Cubana**. 15 abr. 2021.

ROCHA, E P *et. al.* A ciência e as tecnologias digitais de informação e comunicação aliadas a educação 5.0. **Ciências Da Computação, Educação**, V. 28, n.128, 2023.

ROSA, M. A. G.; QUIRINO, R. G.. Relações de Gênero na Ciência e Tecnologia (C&T): estudo de caso de um Centro Federal de Educação Tecnológica. **Diversidade e Educação**, v. 4, n. 8, p. 42-55, 2016.

SANCHES, M. C. S. *et. al.* O uso da tecnologia e seu impacto nas relações interpessoais nas organizações. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, 2016. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2016/11/tecnologia.html>. Acesso em: 03 jan 2024,

SARACENO, B. **Libertando Identidades**. Da reabilitação psicossocial à cidadania possível. 2. ed. Tradução de Lúcia Helena Zanetta; Maria do Carmo Zanetta; Willians Valentini. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia, 2001.

SASS, C. *et al.* Um relato sobre estratégias de motivação e ensino de lógica de programação para e por mulheres. **Anais dos Workshops do VII Congresso Brasileiro de Informática na Educação (cbie 2018)**, [s.l.], p.659-668, 28 out. 2018.

SILVA, J.; OLIVEIRA, L.; SILVA, A.. Meninas na Computação: uma análise inicial da participação das mulheres nos cursos de Sistemas de Informação do estado de Alagoas. In: **WORKSHOP SOBRE EDUCAÇÃO EM COMPUTAÇÃO (WEI)**, 2019, Belém. Anais do XXVII Workshop sobre Educação em Computação. Porto Alegre: **Sociedade Brasileira de Computação**, July 2019.

SIBILIA, P. **La intimidad como espectáculo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

SIMMEL, G.. Individualism. Theory. **Culture & Society**, v. 24, n.7-8, p. 66-71, 2007.

SLEE, T. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. Editora Elefante, 2019.

SMITH, P. **Punishment and culture**. Chicago, The University of Chicago Press, 2008.

TUMOLO, P. S. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 159-178, abr. 2003.

VALENTE, J. **Brasil é 5º país em ranking de uso diário de celulares no mundo**. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-01/brasil-foi-5o-pais-em-ranking-de-uso-diario-de-celulares-no-mundo>. Acesso em: 22 jan 2024.

VALENTE, M. G.; PESCHANSKI, J. A.. Colonização da internet e suas resistências. **Margem Esquerda**, São Paulo: Boitempo, n. 36, 2021.

VELOSO, R.. **Serviço Social, tecnologia da informação e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.

ZARA, M. C. *et al.* **O impacto negativo de tecnologias na saúde mental: um estudo via teoria dos sistemas dinâmicos**. 2021.

ZUBOFF, S.. **Automate/informate: The two faces of intelligent technology**. Organizational dynamics, 1985.

ZUBOFF, S.. **You are now remotely controlled**. New York Times, v. 24, 2020.